



02 DE DEZEMBRO DE 2011

Sexta – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **FESTA É AÇÃO DE MARKETING**
- **LAGARDE DIZ QUE O BRASIL ESTÁ “IMUNE”**
- **SUPERÁVIT BRASILEIRO CRESCEU 75% EM 2011**
- **CONTRA A CRISE, GOVERNO BAIXA IPI PARA “TURBINAR” O CONSUMO**
- **MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PUXAM CRESCIMENTO DO EMPREGO DESDE 2010**
- **JAPONESES PUXAM DEBATE SOBRE PAPEL DO CARRO**
- **MEDIDAS IMPEDEM CORTE MAIOR DA SELIC, AVALIA MERCADO**
- **FORA MONTADORAS, INDÚSTRIA NÃO AMPLIA FÉRIAS COLETIVAS**
- **SINDICATOS TENTAM APLICAÇÃO RETROATIVA**
- **“FÁBRICA NOVA? NÃO TEMOS PRESSÃO”, DIZ SCHMALL, DA VOLKSWAGEN**
- **PSA SURPREENDE COM SISTEMA DE PARTIDA A FRIO**
- **NISSAN NOMEIA VP DE OPERAÇÕES PARA A FÁBRICA DE RESENDE**
- **QUANDO O RADAR É POPULAR**
- **INDICADORES ECONÔMICOS - RECEITA DIVULGA A TAXA SELIC DE NOVEMBRO**
- **IR - FONTE - IMPOSTO RETIDO NO 3º DECÊNIO DE NOVEMBRO VENCE SEGUNDA-FEIRA, 5/12**
- **DIREITO DO TRABALHO - RESPONSABILIDADE: EMPRESA RESPONDE POR ACIDENTE FORA DO EXPEDIENTE**
- **FATOR PREVIDENCIÁRIO - PREVIDÊNCIA DIVULGA NOVA TABELA DO FATOR PREVIDENCIÁRIO**
- **DEFICIENTES FÍSICOS - AUDIÊNCIA DISCUTE COTAS PARA DEFICIENTES EM**

EMPRESAS

- **IPI - GOVERNO REDUZ TRIBUTAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA ESTIMULAR CONSUMO**
- **ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO ASSUME A PRESIDÊNCIA DO TRT-PR**

Câmbio Em 02/12/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,780	1,781
Euro	2,403	2,404

Fonte: BACEN

Festa é ação de marketing

02/12/2011- Gazeta do Povo

Os eventos corporativos, até alguns anos atrás promovidos de maneira simples e pouco organizada, aparecem hoje como ações de marketing importantes e com alto potencial de retorno. Segundo pesquisa encomendada pelo Meeting Professionals International, maior comunidade de estrategistas da área no mundo, o investimento nesses eventos no Brasil passou de R\$ 1,5 bilhão em 2009 para R\$ 2,1 bilhões em 2010.

Carmem Fernandes, consultora na área de feiras e eventos, explica que um evento corporativo pode fazer parte da estratégia do departamento de marketing ou

comercial, dependendo das metas que a empresa quer atingir. Essa meta é a primeira coisa a ser definida, aponta ela, e depois disso é preciso fazer um planejamento com uma planilha orçamentária, cronograma e check-list detalhados e escolha dos colaboradores, parceiros e fornecedores que vão trabalhar no projeto.

Carreira profissional é promissora

Cezinha Mocelin, sócio-diretor da OC Promotionsarts, agência especializada em marketing promocional, diz que essa é uma das carreiras que mais deve gerar retorno nos próximos anos. Segundo dados da última pesquisa Ampro-Ibope, 53% das companhias têm preferido investir em ações promocionais as verbas que antes eram reservadas à publicidade e 82% já planejam previamente suas ações no segmento.

Mocelin indica que o profissional dessa área precisa ter conhecimentos específicos em planejamento, organização, coordenação e execução dos serviços de apoio técnico e logístico dos eventos e cerimoniais. Além disso, deve ter comprometimento ético, responsabilidade e pontualidade, assim como um bom relacionamento social e comercial.

As universidades estão dando boa bagagem teórica em cursos de graduação e pós, afirma Mocelin. Mas, para ele, o estágio é a melhor forma de conseguir a experiência necessária para se tornar um bom profissional.

“A festa foi uma excelente oportunidade de relacionamento e branding”, diz Antonio Borba, diretor executivo da Magic Web Design, sobre a comemoração de 15 anos da empresa, em novembro. O investimento na festa foi de R\$ 500 mil. A expectativa era que o evento posicionasse ainda mais a empresa como referência na área de tecnologia. Realizada no Graciosa Country Club, a festa teve a produção de João Callas, um dos profissionais mais conhecidos do estado.

Cifras

Os grandes eventos corporativos trazem bons resultados, mas exigem investimentos significativos. Os produtores Dado Dantas e Ilse Lambach explicam que o valor varia conforme a quantidade de convidados, o espaço e o que será servido, entre outros aspectos. Eles já produziram eventos que consumiram valores desde R\$ 80 mil, para a inauguração de uma concessionária, até R\$ 400 mil, para o lançamento de um condomínio de luxo que reuniu 5 mil convidados e 200 corretores incumbidos de vender os imóveis.

Para Dantas e Ilse, a produção do evento tem a missão de posicionar o produto no mercado. “Evento de grande luxo, por exemplo, já posiciona o produto no mercado como luxo”, afirma Dado Dantas. Eviete Dacól, diretora Comercial e de Marketing do Grupo Inove, que atua no mercado de design e varejo de decoração, diz que um bom evento pode também dar resultado a longo prazo, mas desde que se dê continuidade com ações complementares que podem ser pequenos eventos, workshops e a mídia espontânea gerada pela imprensa.

Danielle Babinski Faé, gerente de marketing da Rede Slaviero Hotéis, aponta dois fatores que teriam sido decisivos para o aprimoramento na produção dos eventos corporativos. O primeiro é o crescimento da cidade, que dificulta deslocamentos e exige muita disponibilidade do convidado. Então, quem promove a festa tem de pensar naquilo que fará com que a pessoa saia de casa. O outro é o crescimento do número de eventos, o que gera uma certa competição, além da disputa pela atenção da imprensa, completa.

Lagarde diz que o Brasil está "imune"

02/12/2011- Gazeta do Povo

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, disse ontem que o Brasil tem condições para enfrentar a crise financeira internacional. Em entrevista após reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ela afirmou que o país está "bem imune e bem protegido" dos efeitos de contaminação da economia gerados pela crise.

Uma das razões para a situação confortável, segundo ela, é que o Brasil tem um sistema financeiro "bastante capitalizado e sólido". Lagarde também elogiou a política macroeconômica brasileira e o tripé composto pelo câmbio flutuante, sistema de metas de inflação e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "Devido a esse coquetel, o Brasil está sólido e pode resistir bem à crise", disse.

Segundo ela, os encontros com as autoridades brasileiras têm como objetivo discutir e analisar a situação global e, mais importante, avaliar os efeitos da crise financeira internacional. Sobre o tema, disse que "há expectativa de que os parceiros europeus vão montar um conjunto de ações fortes e resilientes para tratar da crise".

Grécia

As autoridades do FMI farão uma reunião na segunda-feira para discutir se a Grécia está cumprindo as medidas necessárias para a liberação da próxima parcela de auxílio financeiro, afirmou Gerry Rice, porta-voz do fundo. Ele acrescentou que o FMI não modificou os objetivos impostos à Grécia e defendeu que os impactos negativos da austeridade fiscal adotada pelo país sejam transmitidos para todas as camadas socioeconômicas.

Rice disse comentou a proposta de que o Banco Central Europeu (BCE) empreste dinheiro ao FMI, que em troca ofereceria financiamento para países em dificuldade. Para ele, a alternativa seria legal, já que os bancos centrais podem emprestar dinheiro para o fundo, mas que não há discussões no momento sobre essa possibilidade.

Superávit brasileiro cresceu 75% em 2011

02/12/2011- Gazeta do Povo

Com saldo positivo de US\$ 583 milhões em novembro, a balança comercial brasileira atingiu superávit de US\$ 25,9 bilhões no acumulado ano, com alta de 75,3% em relação a igual período de 2010.

Desde janeiro, o país vendeu ao exterior US\$ 233,9 bilhões, cifra 28,7% superior à do mesmo período de 2010. Nas importações, o resultado foi um pouco menor: houve ampliação de 24,5%, para US\$ 207,9 bilhões.

Na comparação com outubro, os números de novembro foram mais fracos. Enquanto as exportações caíram 1,4%, para US\$ 21,8 bilhões, as importações subiram 7%, chegando a US\$ 21,2 bilhões.

Segundo a secretária de comércio exterior do MDIC, Tatiana Prazeres, o movimento é comum e se deve à sazonalidade. “É normal termos em novembro um aumento no número de importações, devido às compras de Natal que o país realiza”, afirma. Para ela, o quadro de crescimento no volume de compras e vendas deste ano demonstra o bom desenvolvimento do comércio exterior do país em 2011.

Compras positivas

A secretária também defende que as compras feitas pelo Brasil têm um aspecto positivo, uma vez que “contribuiriam à competitividade do país”, abastecendo o país de bens de capital, intermediários e matérias-primas. Mas o movimento observado em 2011 não corresponde totalmente a essa interpretação. Mesmo com um volume muito maior dentro das importações, a participação das matérias-primas e bens intermediários caiu de 46,2% para 45,3% do total entre o acumulado de 2010 e deste ano. A fatia dos bens de capital recuou de 22,4% para 21,1%.

Pelo lado das exportações, o que se vê não é um incremento na competitividade, possibilitada pelos produtos de maior valor agregado. Mesmo com as compras representativas de insumos, o Brasil ainda exibe uma alta participação de produtos básicos em suas exportações, que cresceu de 44,4% em 2010 para 47,9% em 2011. Na mesma comparação, a fatia dos manufaturados (industrializados de alto valor agregado), diminuiu de 39,5% para 35,8%.

Contra a crise, governo baixa IPI para “turbinar” o consumo

02/12/2011- Gazeta do Povo

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou ontem um pacote de medidas que beneficia as indústrias de eletrodomésticos, alimentos e construção civil e também o mercado de capitais. A intenção é estimular o consumo interno do país e fugir dos efeitos da crise financeira mundial.

Adotada um dia após a redução da taxa Selic de 11,5% para 11% ao ano, a estratégia tem validade de curto prazo (algumas medidas vão até março e outras, até junho de 2012). O pacote pega as famílias brasileiras endividadadas – suas dívidas com bancos e comércio equivalem a 42% da renda anual, segundo o BC – e em época de compras turbinadas pelo 13.º salário.

Para analistas, os resultados desta vez serão bem mais tímidos que os obtidos durante a crise de 2008/2009, após a adoção de medidas semelhantes. “Até onde esse estímulo do mercado interno via aumento do consumo das famílias se sustenta, dado o atual nível de endividamento das famílias?”, questionou o pesquisador de finanças públicas e crédito Gabriel Leal de Barros, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em entrevista à Agência Brasil.

Entre as medidas anunciadas estão “velhas conhecidas” como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos de linha branca. Outra medida vai no caminho oposto ao adotado em abril, quando o governo aumentou a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1,5% para 3%, como um esforço para moderar o consumo, na época muito aquecido. A estratégia agora é diminuir o tributo de 3% para 2,5% nas operações de financiamento ao consumo.

Para o economista Gilmar Mendes Lourenço, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), as medidas atuais não

terão o mesmo sucesso das de 2009 por três razões: o nível de endividamento das famílias; a ausência de relação direta (e a enorme distância) entre a queda da Selic e a diminuição do preço final do crédito ao consumidor e ao empresário; e a falta de foco no investimento. "Só um aumento expressivo da taxa de investimento, que está em 19% do PIB atualmente, contra 45% na China, tem o poder de garantir a desobstrução dos gargalos à entrada do país em uma fase de expansão econômica mais robusta e permanente", diz.

Na construção civil, o governo anunciou uma desoneração maior do programa Minha Casa, Minha Vida. A alíquota do Regime Especial de Tributação (RET), que substitui quatro impostos, cai de 6% para apenas 1%. O teto da habitação de interesse social do programa, tributada via RET, foi ampliado em R\$ 10 mil, para R\$ 85 mil.

Exportação

Cerca de 8,5 mil produtos devem ser beneficiados em breve com a regulamentação do Programa Reintegra, que devolve 3% do valor exportado de produtos manufaturados. Entre esses produtos estão o trigo, a farinha e o pão, que também tiveram a desoneração de PIS/Cofins prorrogada até 31 de dezembro de 2012. O pacote prevê ainda redução de PIS/Confins de 9,25% para zero para as massas alimentícias, até junho de 2012.

Micro e pequenas empresas puxam crescimento do emprego desde 2010

02/12/2011- Gazeta do Povo

As micros e pequenas empresas são responsáveis pelo aumento do número de postos de trabalho criados no país. A conclusão consta de análise feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (**Sebrae**) com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (**Caged**) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2010, foram criados 2,136 milhões postos de trabalho e, desse total, somente os pequenos negócios foram responsáveis pela criação de 1,6 milhão de empregos com carteira assinada. Neste ano, até o mês de outubro, a análise mostra que já foram criados 1,9 milhão empregos em todo país. Desses, 1,4 milhão foram criados pelas micro e pequenas empresas, o que corresponde a 80% do total de vagas abertas em 2011.

No Distrito Federal (DF), os dados indicam a criação de 20.107 mil vagas, entre julho de 2010 e julho deste ano. Desse total, 7.064 foram da construção civil, 1.449 do comércio e 10.996 de serviços, sendo que 93% do Produto Interno Bruto (PIB) do DF são constituídos pelos setores de serviço e comércio.

De acordo com o superintendente do Sebrae no DF, Antônio Valdir de Oliveira, os pequenos negócios formam a base do crescimento econômico, por necessitarem de mais mão de obra. Para ele, o advento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e sua regulamentação nos estados possibilitaram o aumento da oferta de emprego no país

Em 1997, 70% da mão de obra no DF eram originários da própria unidade da Federação, mas uma recente pesquisa, feita em 2010, revelou que essa porcentagem caiu para 56%. Segundo Oliveira, há uma migração de vagas do setor público para a iniciativa privada. E o Estado, pela estimativa do superintendente do Sebrae, deve

deixar de ser o principal gerador de postos de trabalho no DF. "Após a Copa de 2014, o setor privado deve passar o setor público na criação de empregos", avaliou.

Pela análise do Sebrae, o aumento do número de postos de trabalho vai continuar ocorrendo na capital, por causa da renda privilegiada, do consumo dos brasilienses e de eventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de 2014.

Em dez meses, o percentual de participação dos pequenos negócios na criação de empregos no Brasil aumentou de cerca de 66% para 81%.

Japoneses puxam debate sobre papel do carro

02/12/2011- Valor Econômico

Imagine se o carro o deixasse na porta do shopping ou restaurante e o apanhasse de volta. Para quem circula com chofer, taxi ou usa serviço de manobrista, não há nada de novo na ideia. A diferença, no caso, é um automóvel que vai e volta sozinho, acionado num simples toque no celular. No modelo de mobilidade projetado pela indústria japonesa, no futuro ninguém mais sofrerá dando voltas na garagem do shopping. Por meio de comandos, o próprio carro se encarregará de encontrar uma vaga.

A conectividade do automóvel passou a ocupar mais espaço nos projetos dos fabricantes de carros. Daqui para a frente, os desenhistas e engenheiros da indústria automobilística terão, cada vez mais, que cuidar não apenas da concepção do veículo como também participar do planejamento das moradias, garagens, rodovias e cidades.

O debate muda o formato das feiras de automóveis. No Tóquio Motor Show, que será aberto ao público amanhã, o carro mantém-se como protagonista, mas o espaço não é mais só seu. Na 42ª edição, o salão inclui proposta de moradia e de estacionamentos. Duas montadoras - Mitsubishi e Nissan - ousaram entrar no setor de construção, arquitetura e até decoração ao apresentar conceitos de casas que interagem com o automóvel.

A tecnologia de recarga wireless para carros elétricos já está sendo pesquisada pelas montadoras japonesas

Nessa mudança de paradigmas, até a garagem pode ser eliminada. Depois de passar mais de 100 anos do lado de fora da casa, o veículo ganha permissão para estacionar próximo ao sofá ou do equipamento de vídeo, aproveitando alguma tomada para recarregar baterias. No salão de Tóquio, a Mitsubishi colocou seu elétrico i-Miev na sala de estar de uma casa. Nesse caso, ninguém poderá dizer que não quer o carro dentro de casa porque faz fumaça ou barulho.

No caso dos veículos que podem sair em busca de vaga para estacionar, Toyota e Nissan apresentam no salão de Tóquio um conceito que funciona por meio da conexão de automóvel elétrico com o celular. O sistema emite sinal para o veículo ir até o escritório buscar o dono ou sair em busca de uma vaga disponível para estacionamento. No caso, a recarga de baterias na vaga do estacionamento seria wireless, já que não haveria ninguém para acionar o equipamento. A tecnologia de recarga wireless já está sendo pesquisada pelas montadoras japonesas.

A posição do assento do condutor, outro paradigma, também começa a mudar. No Pivo 3, o carro conceito da Nissan que estaciona sem motorista, traz o banco no meio. Por se tratar de um modelo super compacto e estreito não há motivos para deixar o motorista no lado esquerdo ou direito. No centro, ele ganha visibilidade. O Pivo traz a opção de acomodar um passageiro no banco traseiro. Também no centro do veículo.

A mudança de conceitos inclui o local da mostra japonesa que acontece a cada dois anos. Este ano, a exposição foi transferida para o Big Sight, nova área erguida sobre um enorme aterro na baía da capital do Japão. Sem espaço para ampliar construções como essa, os japoneses têm recorrido aos aterros. É numa área assim que foi construído o novo aeroporto de Nagoya.

Os equipamentos de assistência ao carro em movimento são outra tendência. A Mercedes-Benz, que já investe nesses equipamentos nos carros em produção, mostra em Tóquio as vantagens do sistema que serve para alinhar o veículo na faixa caso o motorista desvie sem querer.

Assumir novos papéis na sociedade significa que o carro perdeu o antigo apelo de ser objeto de desejo e de emoção?

Há também sensores que auxiliam nos chamados pontos cegos, emitindo um alerta sonoro e um sistema que reduz a pressão no pedal do acelerador no caso de aproximação de outro carro ou mesmo um pedestre.

O salão de Tóquio indica que a crescente conectividade está transformando o perfil da rede de fornecedores da indústria automobilística. Além das novas iniciativas dos tradicionais, como a Bridgestone, que ontem apresentou seu pneu sem ar, várias empresas até aqui alheias ao processo de produção de veículos, se espalham pelo salão de Tóquio. É o caso de companhias de tecnologia da informação, eletrônicos, painéis de energia solar e soluções para moradias.

Os japoneses estão praticamente sozinhos em sua feira. A exceção é para os seis tradicionais grupos europeus - Mercedes, Volkswagen, BMW, PSA Peugeot Citroën, Renault (parceira da Nissan) e Jaguar, que mantêm discricção, tanto na feira como no mercado japonês. A presença coreana, com a Hyundai, limita-se ao segmento de caminhões, no qual as marcas japonesas não são muito atuantes.

Não há nenhum espaço para as marcas chinesas. A indústria japonesa sinaliza que pretende manter-se sozinha, seja para resolver seus problemas imediatos, como a valorização do iene, ou discutir o carro do futuro.

No salão de Tóquio começam a aparecer também novas versões de elétricos, indicando a tendência de esse segmento se voltar para os pequenos utilitários e até modelos esportivos. A Honda mostra um conceito de elétrico esportivo, o EV-Ster, e anunciou para setembro de 2012 o início de venda do modelo Fit elétrico no Japão e, em seguida, nos Estados Unidos.

Apesar da mobilização de parte da indústria para que o governo brasileiro dê incentivos para os elétricos, o Brasil não aparece nas prioridades de lançamentos desse modelo. O presidente da Renault-Nissan, Carlos Ghosn, diz que os emergentes ficarão para uma fase posterior, exceto China, que incentiva o uso dessa energia. Durante entrevista no salão, o executivo brincou com as informações que circularam sobre a conversa que teria tido com Dilma Rousseff em outubro. "Eu não fui até a senhora Rousseff vender carros; fui apresentar nosso novo plano de investimentos no

Brasil. Mas como me consideram um promotor do carro elétrico acabaram achando que eu visitei a presidente para isso."

No salão, uma área equivalente a quase a metade do espaço dos estandes dos carros abriga a chamada "Smart City". É nesse espaço que se discute a interação do automóvel com o meio urbano. Afinal, um sistema como o do carro que busca uma vaga sem o condutor não poderá existir se as vias públicas não estiverem também conectadas.

É na Smart City que também se mostram soluções ambientais e o desenvolvimento de produtos agrícolas alternativos. A Toyota lança o conceito de vaga de estacionamento onde o piso de concreto é substituído por vegetação, na tentativa de diminuir o calor.

A Toyota também testa o uso do etanol de celulose e colocou na Smart City dois resultados da parceria com a Yamaha: uma bicicleta e um triciclo elétricos, que podem ser recarregados com o mesmo equipamento usado em pontos de recarga de carros. A montadora está lançando no mercado japonês a nova versão do híbrido Prius com teto adaptado para armazenar energia solar. A ideia é usar essa energia para diminuir a temperatura do interior do veículo parado na rua e, assim, evitar o uso excessivo do ar-condicionado quando o motorista entrar no veículo.

Na Smart City haverá, até o salão terminar, no dia 11, uma série de debates sobre mobilidade, com especialistas. Novas ideias podem ainda surgir, já que todos os fabricantes estão sendo pressionados pelos governos e sociedade para ajudar a reduzir o ritmo do aquecimento global.

Mas assumir novos papéis na sociedade significa que o automóvel perdeu o antigo apelo de ser um objeto de desejo e de emoção?

Na sua apresentação no salão, Ghosn foi enfático ao dizer que o fabricante de carros não pode mais continuar nos "exercícios de fantasia de design", Mas em seu discurso, Akio Toyoda, presidente da Toyota, saiu em defesa do apelo que mais ajudou a indústria a ganhar dinheiro: o prazer de dirigir.

Toyoda admitiu que o jovem de hoje perdeu um pouco do interesse pelo automóvel. A maior montadora do Japão pretende, no entanto, resgatar essa emoção. Por isso, adotou uma adaptação de slogan que criou na década de 80: "Fun to drive" (prazer em dirigir). O novo diz "Fun to drive again".

Em parte, o novo lema pode se referir também ao desejo de recuperação de auto-estima de uma empresa que passou por dura fase de sucessivos recalls. Seja como for, Toyoda indica que o novo slogan pode ajudar a atrair os jovens e também não perder consumidores do passado. "Se não proporcionar diversão, então, não é um carro", disse. "Eu espero que esse tipo de automóvel nunca desapareça".

O grande problemas da perda de competitividade no exterior, em decorrência da valorização cambial, é um obstáculo. Mas ainda na posição de terceiro maior produtor de veículos do mundo, o Japão luta para não perder espaço na história dessa indústria e quer ter a certeza de estar na frente quando todos os novos papéis do automóvel estiverem definidos.

Medidas impedem corte maior da Selic, avalia mercado

02/12/2011- Valor Econômico

As medidas do Ministério da Fazenda para estimular a economia não foram bem recebidas pelo mercado financeiro. A percepção é de que pode haver um excesso de ações para tentar acelerar a atividade em um momento em que o país já se mostra em recuperação.

Para Inês Filipa, economista responsável da corretora Icap Brasil, o governo repete as medidas fiscais adotadas em 2009 e 2010, o que pode ser muito perigoso para a inflação. Segundo ela, o ideal seria que fossem adotadas reformas estruturais que permitissem uma evolução de mais longo prazo dos setores beneficiados com as medidas.

“O governo foca sempre o curto prazo. Não faz ajustes de médio e longo prazo para a indústria se tornar competitiva e também não muda o sistema de indexação, o que permitiria condições para aumentos salariais em linha com a produtividade”, afirma.

Para Filipa, o acúmulo de estímulos pode levar a um crescimento acima do chamado PIB potencial – quando não há pressões inflacionárias. “Vamos voar no próximo ano.” O risco, diz ela, é que se o BC levar de fato a Selic para um patamar abaixo 10%, existe a chance de uma reversão necessária do afrouxamento já em 2012, em meio a uma alta mais acentuada da inflação.

Aloísio Teles, na Nomura Securities, vê ainda um componente político nas decisões. Ele lembra que no próximo ano haverá eleições municipais e segundo ele há uma “elevada ansiedade eleitoral” que está diminuindo as chances de uma queda mais acentuada da Selic.

“Enquanto o governo entra no ‘modo pânico’ com o crescimento muito baixo em um ano eleitoral e aperta todos os botões ao mesmo tempo, o espaço para um maior ativismo na política monetária vai embora pelo ralo”, diz, em relatório enviado para clientes.

Fora montadoras, indústria não amplia férias coletivas

02/12/2011- Valor Econômico

O acúmulo de estoques na indústria de transformação e a produção abaixo do planejado pelo setor não levaram um conjunto significativo de grandes e médias empresas a conceder um período maior de férias coletivas neste fim de ano. Segundo levantamento realizado pelo **Valor** com 40 empresas em nove Estados, 28 vão manter a mesma política praticada em 2010 ou até mesmo diminuir o número de dias parados, enquanto outras sete aumentaram o número de dias em que os trabalhadores ficarão parados e cinco se enquadram na categoria que tradicionalmente não concede férias coletivas. Entre os setores que vão ampliar o número de dias em que os trabalhadores ficarão parados, está o automobilístico.

Na sondagem industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de outubro, 13 entre 25 setores aumentaram a produção acumulada em relação ao planejado, enquanto em setembro, dez estavam nessa situação. Segundo a CNI, os estoques estão acima do planejado desde novembro de 2010, enquanto outubro foi o segundo mês seguido em que a produção ficou abaixo do esperado.

As empresas precisam avisar os sindicatos de trabalhadores com até 15 dias de antecedência sobre o esquema de férias coletivas que adotarão. Em São Paulo, alguns empresários tentam renegociar os acordos que já foram encaminhados. Segundo

Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região, as recentes medidas do governo para estimular a economia levaram empresários a procurar o sindicato para tentar diminuir o número de dias das férias coletivas. "Agora os empresários não vão deixar a produção cair. E, de certa forma, esse aquecimento já era esperado por eles, ou não teríamos conseguido mais de 3% de aumento real nas negociações deste ano sem precisar de greve", afirma.

De acordo com o sindicato, 176 empresas enviaram anúncio de férias coletivas até ontem. O número é bem maior que o de 2010, quando foram cerca de 80, "mas a média de dias parados [em torno de 15] não aumentou e em muitos casos diminuiu", diz Torres.

Para Gilmar Freitas, economista da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), a produção do polo de Manaus é beneficiada pela demanda de fim de ano, cujo aquecimento era previsto pelos industriais da região. Essa é uma das razões para a manutenção, neste ano, da média de dez dias de férias coletivas concedidos no ano passado. Outro fator apontado pelo economista é o receio de que, com uma longa paralisação, os produtos importados possam tomar espaço da produção local.

Segundo Vanderlei Novello, gerente executivo de administração e recursos humanos da Randon, as empresas do grupo que produz implementos rodoviários, autopeças e vagões ferroviários adotarão novamente uma programação de férias "seletivas", dividindo os 12,4 mil funcionários em três grupos. Dois deles vão parar durante 20 dias a partir de 19 e 26 deste mês, enquanto o terceiro descansará dez dias a partir de 2 de janeiro. "Estamos fazendo isto porque a situação das linhas de produção é de normalidade", diz o executivo.

Um caso curioso visto no Nordeste é o da fabricante de lingerie Hope. Instalada em Maranguape, no Ceará, a empresa decidiu cancelar as férias coletivas, que em 2010 foram de 30 dias, já que 39 novas franquias de varejo foram abertas neste ano, o que representou um crescimento de quase 20% no volume de produção. "Se eu desse férias coletivas, começaria o próximo ano sem produto no estoque", afirmou o diretor-comercial da empresa, Carlos Eduardo Padula. "Parar tudo gera um custo maior na hora de retomar a atividade", diz Paulo Gomes de Sales, presidente da produtora de baterias automotivas Moura, em Pernambuco.

Na fundição Tupy, em Joinville, o contingente de funcionários que vai tirar férias coletivas diminuiu de 50% para 40% entre 2010 e 2011. As unidades de blocos para motores e de usinagem vão manter a produção normalmente.

O cenário nas principais montadoras instaladas no país é diferente. As fábricas da Ford e da Scania no ABC Paulista vão parar neste fim de ano por mais tempo que no mesmo período do ano passado. Na Ford, os funcionários pararam por dez dias no ano passado, mas, neste ano, quem trabalha na produção de carros vai ficar 20 dias parado. Na Scania, uma previsão de queda nas vendas de caminhão no primeiro trimestre fez com que as coletivas passassem de 20 dias, no ano passado, para 30 dias, a serem tirados em janeiro de 2012.

Na fabricante de caminhões Iveco, do grupo Fiat, em Minas Gerais, a situação é diferente. A empresa vai pôr seus funcionários por três semanas de férias coletivas, mesmo período que tem sido concedido nos anos anteriores, com uma diferença: em vez de dezembro, as férias serão em janeiro. Isso porque a empresa precisa correr para produzir os últimos modelos de caminhões com motores Euro 3. A Iveco e demais fabricantes de caminhões do Brasil devem passar a produzir em 2012 os novos modelos com o sistema chamado Euro 5, menos poluentes - e mais caros.

A Volvo, cuja fábrica instalada em Curitiba produz ônibus e caminhões, vai parar por três semanas, uma a mais do que as férias coletivas dadas no ano passado, pela mesma razão da Iveco. E os trabalhadores da fábrica da Volkswagen em São José dos Pinhais, no Paraná, devem parar por dez dias, segundo a direção da empresa - mais tempo do que no ano passado.

A General Motors ainda não divulgou o cronograma de férias coletivas das suas fábricas para este ano. Já a Renault, no Paraná, e a fábrica da Fiat em Betim, Minas Gerais, informaram que devem manter o mesmo esquema de férias coletivas praticado no ano passado.

Sindicatos tentam aplicação retroativa

02/12/2011- Valor Econômico

Sindicatos de trabalhadores começaram a entrar com ações judiciais para pleitear os benefícios previstos na nova Lei do Aviso Prévio para empregados demitidos nos últimos anos. A norma estabelece um acréscimo de três dias por ano completo de serviço - até o limite de 60 dias (com 21 anos de casa) - aos 30 dias já existentes na Constituição Federal.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes já preparou cerca de duas mil ações individuais para pleitear esses dias de acréscimo para os que foram demitidos nos últimos dois anos - prazo dado para que se entre na Justiça do Trabalho. Nas ações, a entidade argumenta que esses funcionários teriam direito retroativo, já que o aviso prévio foi instituído pela Constituição de 1988 e apenas regulamentado pela Lei nº 12.506, sancionada em outubro pela presidente Dilma Rousseff.

A entidade já ingressou com 400 ações no Fórum Trabalhista de São Paulo. O restante só não foi protocolado ainda, segundo o advogado do sindicato Carlos Gonçalves Junior, por causa da greve dos servidores da Justiça do Trabalho. Por conta da paralisação, estão sendo apresentadas apenas 20 ações por dia. Mas já há audiências das ações ajuizadas marcadas para este mês e janeiro, de acordo com Junior.

O Sindicato Nacional dos Aeroviários também começou a protocolar ações judiciais em Brasília contra nove companhias aéreas, pedindo o aviso prévio proporcional retroativo. A estimativa é que o sindicato entre com cerca de 60 mil ações a favor dos trabalhadores demitidos desde a edição da Constituição de 1988.

A Justiça pode levar anos para proferir uma decisão final a essas ações. Mas o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos afirma que eles já estudam uma estratégia para levar a discussão diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF). O tema, segundo Gonçalves Junior, poderá ser questionado na Corte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, quando houver decisões divergentes no Judiciário.

‘Fábrica nova? Não temos pressa’, diz Schmall, da Volkswagen

02/12/2011- Newsletter Automotive Business

A Volkswagen do Brasil não vai anunciar tão cedo a decisão sobre a construção de uma nova fábrica. Pode nem haver uma nova unidade no horizonte próximo, com a ampliação de uma ou mais plantas no País. Essa foi a mensagem de Thomas Schmall, presidente da empresa (foto), nesta quarta-feira à noite, em entrevista a um grupo de jornalistas logo após o tradicional encontro de fim ano com a imprensa, em um bufê de Moema, na capital paulista.

"Não temos pressa em resolver essa questão, embora apareçam cada vez mais propostas", esclareceu o executivo, que parece estar mais preocupado com a evolução do mercado. "As projeções têm mudado bastante rápido", admitiu, em resposta às previsões de vendas para 2012. "Não há um número confiável, podemos repetir o mesmo volume de 2011 ou crescer 2% ou até 5%", afirmou.

Para ele, o comportamento do mercado estará diretamente relacionado ao volume de crédito disponível. "O governo parece atento aos efeitos da crise na Europa e deve tomar as providências necessárias para estimular a economia".

Schmall disse que haverá um alinhamento crescente de plataformas automotivas em nível global, diminuindo a distância tecnológica entre o Brasil e os países mais maduros. "Estamos nos aproximando do primeiro mundo a uma velocidade expressiva, maior que a de muitos países", enfatizou. Ele observou que a competitividade tão desejada vem atrás da produtividade e isso precisa ser alinhado com o governo e os parceiros de negócio.

O presidente da Volkswagen alerta que a proteção à indústria local é importante, mas traduz uma medida de curto prazo e de efeitos pontuais. "O mais importante é o País tomar decisões efetivas para se tornar capaz de competir no mercado internacional, solucionando os problemas estruturais e incentivando a inovação e o desenvolvimento tecnológico", ponderou.

Sobre as concessões que o governo estaria disposto a fazer para os newcomers estabelecerem fábricas no País, Schmall disse que é mais importante estimular as montadoras que já estão aqui há muito tempo e fazem, ainda, investimentos elevados.

O executivo destacou o lançamento do Gol Black, em versão 1.0, e da Amarok com cabine simples e motor turbodiesel 1.968 cm³ e 122 cv que, entende, deve se tornar um sucesso no País, depois do modelo inicial, com cabine dupla. No discurso aos convidados foram registrados os 35 anos da fábrica de Taubaté, SP, e os 15 anos da unidade de São Carlos, SP, onde são montados os motores da marca.

PSA surpreende com sistema de partida a frio

02/12/2011- Newsletter Automotive Business

A PSA Peugeot Citroën vai anunciar dia 13 de dezembro, na fábrica de Porto Real, RJ,

uma novidade importante no segmento de powertrain. A empresa fará o lançamento do sistema de partida a frio Flex Start, desenvolvido em parceria com a Bosch. A empresa é a primeira, em nível global, a aderir à inovação, para introdução em larga escala. A Volkswagen já apresenta sistema similar, também da Bosch, utilizado no Polo, com volume limitado.

A PSA Peugeot Citroën anunciará a novidade no momento em que eleva a capacidade da planta de Porto Real, RJ (foto), em 60 mil motores, pulando para 280 mil propulsores/ ano dos modelos 1.4, de 8 válvulas, e 1.6, 16V, flexível e a gasolina. A empresa já recebeu novos equipamentos e melhorias nos processos de manufatura para alcançar a montagem de 1.037 motores/ dia.

A francesa tem planos para crescer na região, aplicando R\$ 3,7 bilhões até 2015 no Brasil para dobrar a capacidade da fábrica de Porto Real, alcançando 300 mil veículos e 400 mil motores por ano. O projeto de um novo motor de 1,2 litro, com bloco de alumínio e três cilindros, com opção para injeção direta e turboalimentação, está em andamento para estender a oferta de propulsores na expansão da linha de veículos brasileiros e também os argentinos, montados na unidade de Palomar.

Do total de unidades produzidas até agora em Porto Real, 39% foram exportados.

Nissan nomeia VP de operações para a fábrica de Resende

02/12/2011- Newsletter Automotive Business

A Nissan já anunciou um vice-presidente de operações e manufatura para a fábrica que será construída em Resende (RJ). Atsuhiko Hayakawa, que atualmente é gestor da unidade de Yokohama, Japão, irá coordenar a implantação das instalações de produção da unidade. A mudança efetiva do especialista está marcada para 1º de janeiro.

Bill Kruger, vice-chairman da Nissan Américas destaca que Hayakawa superou diversos desafios em seu cargo atual e que é altamente qualificado para a nova função. "Ele levou nossa equipe a ser uma referência em qualidade, desempenho e custos", avalia. O executivo está na montadora desde 1982 com atuação de destaque nas áreas de engenharia de motores e produção.

Nova fábrica da Nissan

Carlos Ghosn, CEO da aliança Renault Nissan, visitou ao Brasil em outubro para definir os próximos passos das duas marcas no País. O executivo anunciou investimento de R\$ 2,6 bilhões para construção da unidade da Nissan no Rio de Janeiro. Com capacidade inicial de 200 mil veículos, a fábrica ficará pronta em 2014 e vai gerar 2 mil empregos diretos na região. A intenção é produzir ali os modelos da plataforma V, a mesma do March e do Versa. O dirigente confirmou ainda dez lançamentos até 2016.

Quando o radar é popular

02/12/2011- Newsletter Automotive Business

O Brasil é o paraíso para automóveis compactos pelas limitações de poder aquisitivo dos compradores. Nada de errado pois a oferta deve se adaptar à procura. Isso se repete em países de perfil econômico-social semelhante ou abaixo. Em países centrais, de população mais rica, automóveis menores ocupam parcelas limitadas do mercado total.

Cenários estão de acordo com necessidades e culturas locais. Nos EUA e parte do Canadá, os critérios de classificação diferem: consideram-se subcompactos Gol, Palio e Celta; compactos são os nossos médios (Golf, Focus, Bravo). Os dois somados representam cerca de 20% dos veículos leves, contra 30% de médios e grandes, 32% de SUV/CUV e 18% de picapes.

Vale a classificação convencional, em outros países. Os europeus, depois do difícil pós-II Guerra Mundial, subiram um degrau na preferência, refletindo o ganho de renda da população. Nosso chamado segmento C responde por 36% das vendas no Velho Continente, enquanto compactos (segmento B) são 27% e subcompactos (segmento A), 7%.

Contudo, mesmo nos EUA, há tendência de os veículos diminuírem de tamanho para atender a exigências de menor consumo de combustível e, conseqüentemente, de emissões de gás carbônico (CO₂). O segmento A deve crescer na Europa, acompanhado de aumento de conteúdo tecnológico, a exemplo do VW Up!, apresentado no Salão do Automóvel de Frankfurt, em setembro último.

O desafio da indústria é melhorar a segurança sem impactos sensíveis nos preços dos veículos de menor porte (de A a C). O sistema de comando por radar tem sido utilizado em modelos caros e grandes, há cerca de dez anos. Aplicado ao controle adaptativo de velocidade de cruzeiro, oferece uma função adicional. Se identificada uma possível colisão, dispara alarmes visual, auditivo ou sensorial de alerta ao motorista. Caso este não reaja, e na iminência de uma colisão, os freios podem ser automaticamente acionados para diminuir a velocidade e a severidade do impacto. Mesmo que o motorista responda, pressão máxima é aplicada aos freios, de forma automática, a fim de mitigar os efeitos da colisão.

Esse tipo de radar para veículos terrestres trabalha na faixa de banda de 77 GHz, detecta obstáculos fixos e móveis à distância de até 200 m à frente, tanto na cidade como na estrada (até 140 km/h), e mantém um intervalo de segurança entre 1 s e 3,6 s, dependendo da velocidade aferida em tempo real. Agora, a empresa americana TRW finaliza um sistema semelhante, na largura de banda mais estreita de 24 GHz, cujo preço, até 2013, se tornará mais próximo ao que os compradores de carros pequenos podem pagar.

Tal radar "popular" funciona tão bem como os sistemas caros e de forma similar. Sua capacidade é quase igual: envia ao alvo sinal de reconhecimento, recebe de volta e processa informações a cada 40 ms, considerando parâmetros de velocidade, traçado

da via e potência. Mantém a distância de segurança, independentemente da ação do motorista, caso ligado. A principal diferença é o seu alcance, um pouco menor: 150 m.

Recursos extras, como parar completamente, se o veículo à frente também o fizer, e retornar à velocidade programada, se possível, exigem 77 GHz de banda. A tendência, porém, é de queda de preços com o avanço das pesquisas.

Indicadores Econômicos - Receita divulga a taxa Selic de novembro

02/12/2011- Notas COAD

A taxa Selic relativa ao mês de novembro de 2011, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos e contribuições federais a partir de dezembro/2011, conforme Ato Declaratório Executivo 83 CODAC/2011, publicado no Diário Oficial de hoje, dia 02/12, é de 0,86%.

IR - Fonte - Imposto retido no 3º decêndio de novembro vence segunda-feira, 5/12

02/12/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas que efetuaram, no 3º decêndio de novembro/2011, retenção do IR na fonte nos pagamentos ou créditos decorrentes de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e de multa ou qualquer vantagem, de que trata o artigo 70 da Lei 9.430/96, devem recolher o imposto até segunda-feira, dia 5/12.

Direito do Trabalho - Responsabilidade: empresa responde por acidente fora do expediente

02/12/2011- Notas COAD

A Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu de recurso de embargos da Extrativa Mineral Ltda., por meio do qual buscava afastar a condenação por responsabilidade objetiva pela morte de um empregado em acidente ocorrido em suas dependências por culpa de outro empregado. A decisão manteve o entendimento da Quarta Turma do TST que, ao julgar recurso ordinário, manteve a condenação a indenizar em R\$ 100 mil, por danos morais, os herdeiros do trabalhador.

O acidente ocorreu no pátio interno da empresa, situada na Mina Morro do Gama, zona rural de Nova Lima (MG), fora do expediente normal. No dia, os empregados foram dispensados antecipadamente devido a um jogo de futebol da Seleção Brasileira pela Copa do Mundo de 2006. Segundo testemunhas, um funcionário que operava uma carregadeira com a caçamba levantada foi de encontro a quatro colegas que estavam de pé na varanda de um dos dormitórios da empresa. Três deles conseguiram escapar ilesos do acidente, mas o quarto foi fatalmente atingido pelo equipamento e decapitado.

Segundo o inquérito policial e as testemunhas ouvidas na Justiça do Trabalho, o acidente ocorreu por culpa do condutor da carregadeira, que, numa brincadeira com

outros colegas, conduziu o equipamento em direção ao dormitório. O condutor negou a brincadeira e alegou que teria ficado sem freios durante o recolhimento do lixo, como ordenado pelo encarregado.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) valeu-se da previsão do Código Civil de que o empregador responde pelos atos de seus empregados independentemente de culpa de sua parte e majorou o valor da indenização por danos morais de R\$ 30 mil, conforme fixado pelo juízo de primeiro grau, para R\$ 100 mil, dada a grave repercussão do acidente (morte do trabalhador) e o número de pessoas lesadas (viúva e sete filhos).

No julgamento do recurso do empregador, a Quarta Turma manteve a responsabilidade da empresa. O entendimento majoritário foi o de que o empregador agiu com imprudência do dever geral de cautela ao permitir que os empregados permanecessem no local de trabalho após o expediente sem a supervisão de superior hierárquico e com livre acesso aos equipamentos da empresa. A indenização por dano moral foi confirmada, e assegurou-se também aos herdeiros pensão mensal equivalente a um salário do empregado falecido.

No julgamento dos embargos pela SDI-1, o relator, ministro José Roberto Freire Pimenta, constatou que a empresa não demonstrou a existência de divergência jurisprudencial, condição necessária para o conhecimento do recurso, e aplicou ao caso a Súmula 296, item I, do TST. Ficou vencido o ministro Milton de Moura França, que excluía a responsabilidade da empresa pelo fato ocorrido.

Processo: RR-64200-50.2008.5.03.0091

FONTE: TST

Fator Previdenciário - Previdência divulga nova tabela do Fator Previdenciário

02/12/2011- Notas COAD

Uma nova tabela do fator previdenciário entra em vigor, nesta quinta-feira (1º), para o cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição. Os índices têm como base a nova tábua de expectativa de vida, divulgada hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a lei, a Previdência Social deve considerar a expectativa de sobrevivência do segurado na data do pedido do benefício para o cálculo do Fator Previdenciário.

Na nova tábua, considerando-se a mesma idade e tempo de contribuição, um segurado com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição que requerer a aposentadoria a partir de hoje, terá que contribuir por mais 65 dias para manter o mesmo valor de benefício se tivesse feito o requerimento ontem. Um segurado com 60 anos de idade e 35 de contribuição deverá contribuir por mais 41 dias para manter o valor.

As projeções do IBGE mostram que a expectativa de vida cresce a cada ano. Dessa forma, um segurado que se aposente aos 60 anos de idade tinha uma sobrevivência estimada de 21,4 anos em 2010, contra 21,3 anos em 2009 e 21,2 anos em 2008. A expectativa de vida ao nascer subiu de 73,2 anos de idade, em 2009, para 73,5 em 2010.

O Fator Previdenciário é utilizado somente no cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição. Na aposentadoria por invalidez não há utilização do fator, e, na aposentadoria por idade, a fórmula é utilizada opcionalmente, apenas quando aumentar o valor do benefício.

Pelas regras da aposentadoria por tempo de contribuição, se o fator for menor do que 1, haverá redução do valor do benefício. Se o fator for maior que 1, há acréscimo no valor e, se o fator for igual a 1, não há alteração.

O novo Fator Previdenciário será aplicado apenas às aposentadorias solicitadas a partir de hoje. Os benefícios já concedidos não sofrerão qualquer alteração em função da divulgação da nova tábua de expectativa de vida do IBGE. A utilização dos dados do IBGE, como uma das variáveis da fórmula de cálculo do fator, foi determinada pela Lei 9.876, de 1999, quando se criou o mecanismo.

FONTE: INSS

Deficientes Físicos - Audiência discute cotas para deficientes em empresas

02/12/2011- Notas COAD

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realiza hoje audiência pública para discutir a contratação de deficientes físicos, instituída pela Lei 8.213/91, e sua aplicabilidade às empresas.

O debate foi proposto pelo deputado Laércio Oliveira (PR-SE). "As empresas ainda enfrentam inúmeros problemas para conseguir cumprir o percentual de cotas determinado pelo Decreto nº 3.298/99 (1 por 100). As dificuldades estão na falta de profissionais habilitados no mercado de trabalho, no ramo da atividade desenvolvida pela empresa ou pelas atividades de risco que os funcionários desenvolvem, ou, ainda, por conta da dificuldade em adaptar o espaço físico do contratante para melhorar o acesso aos deficientes", disse ele.

"O que mais nos impressiona é o fato de a Auditoria Fiscal do Trabalho desconhecer todas essas dificuldades apontadas e, a cada dia, vir autuando as empresas com rigorismos excessivos e nada educativos e proativos. Aplicam multas em valores exorbitantes, em razão do não cumprimento da cota de deficientes", acrescentou. Ele afirmou ainda que muitas multas vêm sendo anuladas pela Justiça do Trabalho.

Foram convidados:

- o representante da Procuradoria Geral do Trabalho Flávio Henrique Gondin;
- o superintendente do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Rio de Janeiro, José de Alencar;

- a superintendente do Instituto Brasileiro da Pessoa com Deficiência, Teresa Costa d'Amaral;
- o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Moisés Bauer;

- o advogado da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Janilton Fernandes Lima.

FONTE: Agência Câmara

IPI - Governo reduz tributação de eletrodomésticos para estimular consumo

02/12/2011- Notas COAD

O Diário Oficial da União publica hoje, 1-12, em edição extraordinária, a redução do IPI de eletrodomésticos da chamada linha branca. O IPI do fogão, por exemplo, cairá de 4% para zero. A geladeira terá o imposto reduzido de 15% para 5% e a máquina de lavar, de 20% para 10%. No caso de máquinas de lavar semiautomáticas (tanquinhos), a redução será de 10% para 0%. As medidas também valem para os estoques nas lojas e vão vigorar até 31 de março de 2012.

Esse medida de estímulo ao consumo de bens duráveis só vale para produtos com índice de eficiência energética classe A.

O governo reduzirá ainda o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado sobre o financiamento ao consumo de 3% para 2,5%, anunciou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista coletiva para detalhar as medidas, que visam a incentivar o consumo.

Fonte: Agência Brasil.

Rosemarie Diedrichs Pimpão assume a presidência do TRT-PR

02/12/2011- Notas TRT

Curitiba, 1º de dezembro de 2011 - A duração razoável do processo e a efetividade. Esses serão os eixos dos objetivos institucionais da nova administração do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) que tem início nesta quinta-feira, 1º de dezembro, conforme ressaltou a presidente do Tribunal, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, durante seu discurso de posse.

A sessão solene de posse ocorreu na noite desta quinta-feira e contou com a presença de autoridades, magistrados, membros do Ministério Público, servidores, advogados e demais convidados. Assumiram a vice-presidência e a corregedoria do Tribunal os desembargadores Altino Pedrozo dos Santos e Dirceu Buyz Pinto Júnior. A cerimônia ocorreu no Plenário do TRT-PR, na Alameda Carlos de Carvalho, 528, em Curitiba. "O ponto central, para o qual convergirá o feixe das atenções e ações desta Presidência, não poderá ser outro, senão o aperfeiçoamento dos serviços judiciários. Entregar Justiça ao cidadão do Paraná. Servir ao povo, porque administrar significa servir e atender às expectativas da sociedade", ressaltou a presidente.

Para que a duração razoável do processo e a efetividade sejam alcançados, lembrou a desembargadora, haverá incentivo à conciliação e à uniformização da jurisprudência. "A conciliação e uniformização da jurisprudência contribuirão para reduzir o número de processos que se avolumam em sua fase executória", disse.

De acordo com a desembargadora Rosemarie, ao pautar-se na conciliação, "ao aproximar as partes, facilitar o diálogo e conduzir à composição amigável, não apenas se reduz a despesa do Estado, os incidentes na execução e o tempo demandado para a solução dos conflitos: fomenta-se a Paz Social, tão desejada pela sociedade".

Nesse sentido, a experiência dos Juízos Auxiliares de Conciliação de Primeiro e Segundo Graus (Jacs 1 e 2) e a experiência vivenciada na conciliação, na fase de recurso de revista, hão de constituir importantes pontos de partida para um novo tempo de pacificação entre trabalho e capital no Paraná. "Sempre considere, com convicção: não há solução melhor do que aquela em que duas pessoas se olham nos olhos e apertam as mãos".

Outra ferramenta destinada ao cumprimento dos objetivos de imprimir efetividade ao princípio da duração razoável do processo, enfatizou a presidente, será a uniformização da jurisprudência. "Uniformização, ressalte-se, que não se confunde com o embaraço ao convencimento pessoal ou à criatividade do magistrado. Trata-se, sim, de exercitar um juízo de ponderação intenso, em benefício do jurisdicionado, para conferir-lhe a indispensável segurança jurídica".

Balanco - Ao despedir-se do cargo de presidente do TRT-PR, o desembargador Ney José de Freitas lembrou da trajetória que fez nos últimos dois anos como presidente do TRT-PR:

"O plano de gestão que desenhei, alicerçado em cinco pontos fundamentais, foi inteiramente cumprido. A implantação do processo eletrônico foi iniciada, ampliada e atingida em sua completude, no Tribunal e em cada uma – sem exceção – das 86 Varas do Trabalho.

A simplificação de procedimentos foi efetivada, com foco na entrega da jurisdição e ênfase da conciliação e na fase executória.

O resgate, a preservação cuidadosa e divulgação ampla, em exposições, eventos, produção de vídeos e publicação na internet da memória histórica da instituição foram implementados precisamente conforme se planejou.

A disseminação de ações voltadas à responsabilidade sócio-ambiental avançou de modo considerável, com o apoio incondicional desta Presidência.

Por fim, o planejamento imobiliário não só atingiu cada um dos objetivos traçados, relativamente às construções novas, ampliações, readequações e reformas. Foi mais além, eis que até as novas instalações da Escola Judicial e da Biblioteca, inicialmente não previstas, tornaram-se necessárias e esta Administração, mediante adequado remanejamento, efetivou. A ela se somam, pois, os fóruns novos e os remodelados em todas as regiões do Estado."

Rosemarie Diedrichs Pimpão

Nascida em Imbituva, Rosemarie Diedrichs Pimpão formou-se em Direito pela UFPR e ingressou na magistratura em 1982, tendo instalado as Varas do Trabalho, então Juntas de Conciliação e Julgamento, de Paranavaí e de Foz do Iguaçu. Também atuou

nas Unidades Judiciárias de Paranaguá e 8ª de Curitiba. Desembargadora desde 1996, foi presidente da 4ª, 3ª e 2ª Turmas do Tribunal e diretora da Escola Judicial, tendo sido eleita para a vice-presidência no biênio 2009/2011. Foi indicada pelo Conselho Estadual da Mulher, no ano de 1999, como uma das mulheres, na esfera da Justiça, que ajudou "a construir este século", e indicada pela Revista do SENAP (Sociedade Nacional de Pesquisa de Opinião Pública), edição Maior Personalidade, como a "Magistrada da Justiça do Trabalho de Final do Século – 1999".

A desembargadora fez cursos na École de Magistrature, de Paris, bem como na Cour d'Appel e na Cour de Cassation (2006). Participou do Congresso de Estudos sobre Normas Internacionais do Trabalho na Organização Internacional do Trabalho, em Genebra e em Turim (2007). Participou de estudos na Corte Constitucional alemã de Karlsruhe, na Corte de Trabalho Regional de Erfurt e no Parlamento alemão (Reichstag), em Berlim (2008). Atuou, ainda, no Congresso Internacional no Centro de Estudos Judiciários de Lisboa.

Foi condecorada com a comenda da Ordem do Mérito "Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge", no grau Grã-Cruz, outorgada pelo TRT da 19ª Região (Alagoas). Foi condecorada com o grau Grã-Cruz da ordem das Cataratas, por ter contribuído para a implementação da Justiça do Trabalho na cidade de Foz do Iguaçu. Em março de 2011, foi homenageada no Dia Internacional da Mulher pelo Soroptimist International, em reconhecimento aos relevantes serviços jurídicos prestados à comunidade.

Recebeu, neste ano, o título de Cidadã Benemérita de Imbituva e de Cidadã Honorária de Ponta Grossa.

Altino Pedrozo dos Santos

Paulista de Tanabi, o desembargador Altino Pedrozo dos Santos ingressou na Justiça do Trabalho em 1988. Foi juiz presidente das então Juntas de Conciliação e Julgamento de Toledo, 2ª de Londrina e 3ª e 18ª de Curitiba. Em 1998, foi promovido, por merecimento, para o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. Foi juiz convocado pelo Tribunal Superior do Trabalho, de agosto de 2000 a dezembro de 2002 e de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006. Foi conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na gestão 2007/2009.

É especialista em Direito pela Universidade de Castilla-La Mancha, na Espanha. Em sua carreira, também atuou como advogado, de 1976 a 1988, assessor técnico e jurídico da Câmara Municipal de Goioerê, de 1977 a 1979, e assessor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertanópolis, Paraná, de 1981 a 1988. Foi professor concursado de Prática de Processo Civil na Universidade Estadual de Londrina, de 1986 a 1990.

Foi condecorado com a "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho", no grau de Comendador, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho; medalha comemorativa dos 61 anos da instalação da Justiça do Trabalho e 56 de sua integração no Poder Judiciário, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, e "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha", no grau de Oficial, concedida pelo Tribunal do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais). Também recebeu título de Cidadão honorário das cidades de Londrina (PR) e Goioerê (PR).

Dirceu Buyz Pinto Júnior

O corregedor regional do Trabalho é natural de Porto Alegre (RS). O desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior Ingressou no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná em 1977 como servidor. Em 1987, tomou posse como juiz substituto, e em 1989 foi promovido, por antiguidade, a juiz titular da recém inaugurada Junta de Conciliação e Julgamento de Campo Mourão.

Também foi juiz titular da 7ª Vara do Trabalho de Curitiba. Em agosto de 2000, foi promovido, também por antiguidade, para o TRT-PR. Foi, por duas vezes, presidente da 5ª Turma, presidente da Seção Especializada e ouvidor da Justiça do Trabalho do Paraná. É mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde também atuou como professor substituto. Atualmente, é professor de Direito do Trabalho na Unicuritiba (licenciado) e da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra).

(Texto: Flaviane Galafassi)

Ascom TRT-PR